PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

L E I Nº 101/72

SÚMULA: Lei Orgânica dos Taxas Municipais.

A Câmara Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

L E I

DAS TAXAS

Artigo 1º - Integram o sistema tributário além de outros tributos as Taxas:

a - Pelo Exercício do Poder de Polícia;
b - Pela Prestação de Serviços.

FATO GERADOR

Artigo 2º - A Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia é devida em decorrencia de atividade da administração pública que, no exercício regular do poder de polícia do Municipio, regule a pratica de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público, concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à localização de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços ao exercício de atividades dependentes de concessão, ou permissão do poder publico, à disciplina das construções e do desenvolvimento urbanistico, à estética da cidade, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ Único - No exercicio da ação reguladora a que se refere este artigo as autoridades municipais, visando conciliar a atividade pretendida com o planejamento físico e com o desenvolvimento sócio-econômico do Municipio, levarão em conta, entre outros os seguintes aspectos:

I - o ramo da atividade a ser exercida;
II - a localização do estabelecimento, se for o caso
III - os benefícios resultantes para a comunidade.

Artigo 3º - A taxa referida no artigo anterior será exigida nos casos de concessão de licença para:

I - Localização e funcionamento;
II - exercício de atividade eventual ou estudante;
III - funcionamento em horário especial;
IV - execução de obras, arruamento e loteamento;
V - ocupação de áreas em vias e logradouros publicos;
VI - publicidade;
VII - abate de animais.

Artigo 4º - A taxa pela prestação de serviços tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos especifico e visivel, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Artigo 5º - As taxas pela prestação de serviços compreendem:

I - taxas de expediente;
II - taxas de serviços diversos;
III - taxas de Pavimentação;
IV - taxas de Conservação de Estradas.

DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA

Artigo 6º - Nenhuma a pessoa, física ou jurídica, que opere no ramo de produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços, poderá iniciar as suas atividades no Município, sejam elas permanentes, intermitentes ou temporárias, exercidas ou não em estabelecimentos fixos, sem prévia licença da Prefeitura.

Artigo 7º - A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita à renovação nos exercícios seguintes.

Artigo 8º - O fato gerador da renovação de Licença é a inspeção dos estabelecimentos que a administração promoverá anualmente, com a finalidade de avaliar as condições de funcionamento do local.

Artigo 9º - Será também exigida a renovação de licença sempre que ocorrer a mudança de ramo de atividade, modificação das características do estabelecimento ou transferencia de local.

Artigo 10 - O contribuinte da taxa poderá ter seu estabelecimento fechado pela Prefeitura, quando deixar de obedecer as notificações ou intimações do órgão fazendário.

Artigo 11 - O contribuinte que sistematicamente recusar à exibir à fiscalização livros e documentos fiscais, embaraçar ou procurar iludir por qualquer meio, a apuração de tributos, terá a licença ou inscrição de seu estabelecimento suspensa ou cassada, sem prejuizo da cominação das penalidades cabíveis.

Artigo 12 - Nenhuma das atividades relacionadas no artigo 3º desta Lei, poderá ser iniciada sem a concessão da respectiva licença e o pagamento da Taxa devida.

DO CALCULO

Artigo 13 - As taxas serão cobradas, conforme o estabelecimento, digo, estabelecido na Tabela I, anexa.

Artigo 14 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou autenticação mecânica.

Artigo 15 - A Cassação, restrição ou qualquer outra modificação nos termos, prazos, locais ou quaisquer outros elementos da licença não eximirão o contribuinte do pagamento da taxa respectiva nem dão direito a restituição do que já houver sido pago.

DA ISENÇÃO

Artigo 16 - Ficam isentos do pagamento da taxa os seguintes atos ou atividades:

I - a execução de obras em imóveis de propriedade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exceto no caso de imóvel em regime de enfiteuse ou aforamento, quando a taxa será devida pelo titular do domínio útil.

II - a publicidade em placas indicativas de rumo ou direção colocadas em estradas municipais.

III - a publicidade de caráter patriótico, concernente a segurança nacional e à referente as campanhas eleitorais.

IV - a ocupação de áreas e logradouros públicos, por:

a - feiras de livros, exposições, concertos, retretas e demais atividades de caráter notório-rismento cultural ou científico.

b - exposições, palestras, conferências, pregações demais atividades de culto notòriamente religioso;

c - candidatos e representantes de partidos políticos durante o período de campanha, observada a legislação eleitoral em vigor.

V - o funcionamento de quaisquer das repartições dos órgãos de administração direta ou das autarquias federais, estaduais e municipais.

VI - as obras públicas de qualquer natureza;

VII - os loteamentos e arruamentos providos pelo poder público;

VIII - qualquer atividade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Da Taxa de Expediente

Incidência e Sujeito Passivo

Artigo 17 - A Taxa de Expediente tem como fato gerador a prestação de serviços administrativos específico a determinado contribuinte ou grupo de contribuintes.

§ 1º - A Taxa de Expediente é devida por quem efetivamente requerer, motivar ou der início à pratica de quaisquer dos serviços específicos a que se refere este artigo.

§ 2º - O servidor municipal, qualquer que seja seu cargo função ou vínculo empregatício, que prestar serviço realizar a atividade, ou formalizar ao ato pressuposto do fato gerador da taxa sem o pagamento do respectivo valor, responderá solidariamente com o sujeito passivo pela taxa não recolhida, bem como pelas penalidades cabíveis.

Do Pagamento

Artigo 18 - A Taxa de Expediente será cobrada conforme estabelecido na Tabela II.

Artigo 19 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, reconhecimento ou autenticação do requerimento antes de protocolado o requerimento lavrado o ato, registrado o ato, conforme o caso.

Artigo 20 - O órgão de protocolo não poderá aceitar qualquer documento sem o comprovante do pagamento da taxa de expediente quando cabível.

§ 1º - O indeferimento do pedido, a formulação de novas exigências ou a desistência do pedido não dão direito a restituição da taxa.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior, aplica-se quando couber, nos casos de autorização, permissão e concessão.

Da Isenção

Artigo 21 - Ficam isentos do pagamento da Taxa de Expediente:

I - Os pedidos e requerimentos de qualquer natureza e finalidade, apresentados pelos órgãos da Administração Direta ou autarquias da União, Estados e Municípios, desde que atendam às seguintes condições:

a - sejam apresentados em papel timbrado e assinados pelas autoridades competentes;

b - refiram-se a assuntos de interesse público ou a matéria oficial; não podendo versar sobre assuntos de ordem particular, ainda atendido

II - os requerimentos e certidões de servidores municipais, ativos ou inativos;

III - os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar ou para fins eleitorais.

§ Único - O disposto no inciso I, deste artigo, observadas as suas alíneas, aplica-se aos pedidos e requerimentos apresentados pelos órgãos dos respectivos poderes legislativos e judiciários.

DAS TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS

Da Incidência e Sujeito Passivo

Artigo 22 - A taxa de Serviços Diversos é devida pela execução por parte dos órgãos próprios do municipalidade, dos seguintes serviços:

I - depósito, liberação de bens ou animais apreendidos;

II - demarcação, alinhamento e nivelamento;

III - sanitários;

IV - utilização de serviços e bens públicos;

V - numeração de prédios;

Artigo 23 - A taxa a que se refere o artigo anterior é devida:

I - na hipótese do inciso I, pelo proprietário possuidor a qualquer título ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que requeira ou promova em torno interesse na liberação dos bens ou animais apreendidos;

II - na hipótese do inciso III, pela ato de prestação de serviços relacionados com sanitários, segundo as condições e formas previstas em regulamento e de acordo com as tabelas integrantes desta Lei.

Do Calculo

Artigo 24 - A Taxa de Serviços Diversos será cobrada conforme o estabelecido na Tabela III, integrante dest e Lei.

§ Único - O pagamento da taxa prevista no inciso I, do artigo 22 não exclui o pagamento das demais tributos e penalidades pecuniárias que estiver sujeito o contribuinte.

Do Pagamento

Artigo 25 - A Taxa de Serviços Diversos será paga na certo guia, convalescente ou autenticação mecânica, anteriormente à execução dos serviços.

DA TAXA DE PAVIMENTAÇÃO

Da Incidencia

Artigo 26 - A Taxa de Pavimentação é devida uma unica vez pela execução, pelos órgãos de administração direta ou indireta do municipio em regime de administração ou empreitada, dos serviços públicos especiais de pavimentação e calçamento das vias e logradouros públicos do Municipio.

§ 1º - Para os efeitos de cobrança desta taxa, entende-se como serviço público especial de pavimentação, aqueles prestados por solicitação dos proprietários dos imóveis, interessados nos serviços, computando-se os seus respectivos custos para efeito de cálculo da taxa:

I - estudos e projetos;

II - abertura, nivelamento, alinhamento, desapropriações e outros serviços preliminares;

III - limpeza, aterro, escavação, computação e serviços correlatos;
IV - substituição de pavimentação anterior por outra;
V - colocação de meio-fio, guias de sargetas, caixa de ralo e demais equipamentos e instalações complementares;
VI - calçamento de passeios e ajardinamento;
VII - pintura, sinalização, embelezamento e demais serviços de acabamento.

§ 2º - A administração dêsmte executará os serviços mencionados no parágrafo anterior, quando solicitados por um mínimo de 70% (setenta por cento) dos proprietários da área a ser beneficiada, na forma que dispuser o regulamento.

Artigo 27 - São contribuintes da taxa, os proprietários titulares do domínio útil ou os possuidores a qualquer título dos imóveis fronteiriços as vias e logradouros públicos, objeto da execução dos serviços descritos no artigo anterior.

Do Cálculo

Artigo 28 - O calculo da taxa de pavimentação será feita através de rateio, entre os contribuintes, do custo dos serviços, observando o seguinte:

I - a largura da via pública a ser pavimentada será dividida por 2 (dois), determinando-se para cada imóvel lindeiro uma área imaginária correspondente ao produto de sua testada pela metade da largura da via pública.
II - o valor da taxa a ser paga relativamente a cada imóvel lindeiro será calculado multiplicando-se o custo do metro quadrado dos serviços, pela área imaginária determinada na forma do inciso I deste artigo;
III - o custo do metro quadrado dos serviços será determinado pelo resultado da divisão do custo total pela área total beneficiada pelos serviços;
IV - nos imóveis construidos em condominio, a testada será calculada aplicando-se a fórmula:

$$\frac{Tu = Au \times T}{As}$$

sendo Tu = testada da unidade
Au = área edificada da unidade
T = testada do terreno
As = área total edificada.

Artigo 29 - Nos casos de substituição de pavimento a taxa será calculada:

I - sobre o valor integral do nosso serviço, se do anterior nada houver sido cobrado;
II - sobre a diferença entre o custo histórico do pavimento substituido e o custo atual, se do anterior já foi arrecadada taxa ou contribuição de melhoria.

Da Cobrança

Artigo 30 - Para a cobrança da taxa será divulgado edital contendo entre outros os seguintes elementos:

I - as ruas, trechos ou áreas beneficiadas;
II - custo da obra e prazo de duração.

III - área total a ser pavimentada e custo unitário;
IV - tipo de pavimentação e outras características que sirvam para identificá-la;
V - firma empreiteira, sub-empreiteira ou contratante que realizará os serviços se forem executados por terceiros.

Artigo 31 - Realizados os serviços em volume que justifique o início da cobrança, proceder-se-á o lançamento da taxa, tão logo seja publicado o demonstrativo de custos e respectivas cotas.

Artigo 32 - A taxa será lançada em nome do contribuinte.

§ Único - A taxa constitui ônus e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direito reais a ele relativos.

Do Pagamento

Artigo 33 - A taxa poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente.

Artigo 34 - O número de parcelas não poderá ser superior a 36 (trinta e seis) e nem seu valor inferior a 20% (vinte por cento) da Unidade Fiscal do Município.

Artigo 35 - O regulamento definirá, as normas para concessão do parcelamento e os índices aplicáveis no cálculo das parcelas.

§ Único - Os índices para o cálculo das parcelas não poderão ser superiores aos fixados pelas instituições financeiras para Crédito Direto ao Consumidor.

Artigo 36 - A falta de pagamento da taxa, quer no valor integral, quer de cada parcela, até a data do vencimento, implicará na cobrança de multa juros e correção monetária conforme estabelecido em lei ou regulamentos.

DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS

Artigo 37 - A taxa de conservação de estradas municipais, é devida pela execução, por órgãos da Administração direta ou indireta do Município, em regime de administração ou empreitada dos serviços de conservação de estradas e caminhos públicos do município.

§ Único - Para os efeitos da taxa a que se refere este artigo, considera-se serviços de estradas municipais:

I - demarcação, alinhamento e outros serviços preliminares na retificação ou abertura de novos trechos visando a melhorar as condições de tráfego ou à diminuição do percurso;
II - construção, instalação, ampliação, melhoramento e ou manutenção de pontes, túneis, "meio-fios" e pontões, bueiros, bueiros, ferry-boats e quais quer outras obras de arte ou sistemas de travessia de rios, lagos alagadiços e similares;
III - limpeza, aterro, compactação e serviços correlatos;
IV - abertura, sustentação, fixação ou remoção de cortes, barreiras, barrancos, encostas e similares;
V - construção, instalação, ampliação, melhoramento ou manutenção de acostamento, sinalização, obras de embelezamento e similares.

Artigo 38 - São contribuintes da taxa de conservação de estradas municipais, os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis fronteiriços às estradas e caminhos municipais.

Artigo 39 - A taxa de conservação de estradas municipais será calculada de acordo com os seguintes critérios:

I - a repartição fiscal apurará, junto ao órgão competente as despesas com os serviços de conservação de estradas municipais, relativos aos 2 (dois) exercícios imediatamente anteriores aquele em que se procederá ao lançamento da taxa;

II - as despesas apuradas na forma do inciso anterior terão a sua expressão monetária corrigida a preço do exercício em que se procederá ao lançamento da taxa, por qualquer dos seguintes critérios:

a - aplicação dos índices gerais de preços (oferta global-disponibilidade interna) levantados pela Fundação Getulio Vargas;

b - aplicação dos índices de correção monetária de débitos fiscais fixados pelo Governo Federal;

c - aplicação de quaisquer outros índices pesquisados pelo próprio Governo Municipal, ou por entidades públicas ou privadas no âmbito local, levando em conta, entre outros fatores, o aumento do custo de vida e as variações no mercado de mão-de-obra.

III - apurar-se-á a média aritimética dos valores corrigidos das despesas efetuadas nos dois exercícios imediatamente anteriores àquele em que se procederá ao lançamento da taxa, na forma dos incisos anteriores.

IV - uma percentagem não superior a 80% (oitenta por cento) da média aritimética calculada na forma do inciso anterior será rateada entre os imóveis fronteiriços às estradas municipais, proporcionalmente às suas testadas com relação ao traçado das estradas.

§ 1º - Na graduação da percentagem a que se refere este artigo, observado o limite nele fixado, a Administração deverá levar em conta:

I - as condições socio-econômicas dos contribuintes, refletidas nas áreas, natureza, tipo de exploração e outras características dos imóveis marginais.

II - a importância da estrada municipal como eixo viario do Município, refletida na sua localização, intensidade de tráfego largura da pista, tipo de pavimentação ou calçamento, acesso e demais características;

III - o montante dos recursos orçamentarios de outras origens destinadas ou que possam vir a ser colocados à execução dos serviços de conservação de estradas municipais.

§ 2º - Não se computarão, para efeito de cálculo e cobrança da taxa a que se refere este artigo, as despesas de aberturas, nivelamento, alinhamento, demarcação e outros serviços de construção propriamente dita da estrada, bem como os de calçamento, pavimentação ou recapeamento da pista.

§ 3º - Consideram-se também imóveis rurais fronteiriços às estradas municipais para efeito de incidência da taxa a que se refere este artigo:

I - os sítios de recreio e demais imóveis de pequenas dimensões, situados à margem da estrada;

II - os imóveis cujo acesso faça por estrada secundária caminho vicinal ou estrada carroçável, num percurso inferior a 1 (um) quilômetro;

III - os prédios rurais confinantes, nos casos de servidão predial, qualquer que seja o caminho, através do prédio serviente.

Do Pagamento:

Artigo 40 - A taxa de conservação de estradas municipais será paga anualmente por lançamento direto.

Artigo 41 - A repartição fiscal manterá escrituração em livros ou registros próprios, de relação dos contribuintes da taxa relativa a conservação de estradas municipais, com todos os dados necessários à caracterização do contribuinte e ao cálculo do valor a ser pago.

§ Único - O pagamento da taxa será feito de uma só vez.

Das Multas e Acréscimos:

Artigo 42 - A falta de pagamento nas datas estabelecidas nesta Lei ou nos regulamentos, implicará na cobrança em conjunto dos seguintes acréscimos:

I - multa de 20% (vinte por cento);

II - correção monetária mediante a aplicação dos índices fixados pelo Governo Federal;

III - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês de fração.

§ Único - Os acréscimos estabelecidos neste artigo são aplicáveis a todas as taxas exceto se a lei fixar valores diferentes em casos específicos.

Das Disposições Finais

Artigo 43 - No cálculo das taxas e acréscimos serão desprezadas as frações de cruzeiros.

Artigo 44 - O Executivo Municipal fixará, por Decreto, as normas regulamentares necessárias à execução desta Lei.

Artigo 45 - Ficam revogadas todas as isenções de Taxas, salvo as concedidas por prazo certo e em função de determinadas condições.

Artigo 46 - O Poder Executivo, mediante regulamentação, poderá conceder descontos especiais sobre a Taxa de Conservação de Estradas Municipais aos contribuintes que, no ato do pagamento do referido tributo, exibir notas fiscais de venda dos seus produtos.

Artigo 47 - Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 31 de dezembro de 1.979, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aos 07 dias do mes de Dezembro de 1.979.

HUGO ROBERTO SCHLOSSER
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

TABELA I

A - TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Atividades	Fração da U.F.M.
COMERCIO	
VESTUARIO	
-Calçados	1,6
-Tecidos	2,0
- Confecções	2,0
-Calçados, tecidos e confecções	2,5
-Boutique	1,6
-Outros Artigos Vestuário	1,0
ALIMENTAÇÃO	
-Carnes ou peixes	1,0
-Panificação ou confeitaria	0,8
-Carvoeiro	0,3
-Restaurante	2,0
-Lanchonete	1,0
-Bar	0,8
-Bar e Lanchonete	1,0
-Bar e Restaurante	2,5
-Entreposto	0,3
-Outros Produtos de Alimentação	0,2
BENS DURÁVEIS	
-Veículos	4,0
-Jóias ou Relógios	3,0
-Máquinas e Implementos Agrícolas	4,0
-Máquinas e Móveis de escritório	2,0
-Móveis e Eletrodomésticos	2,0
-Equipamentos e Motores	3,0
-Materiais de construção	4,0
-Outros Bens Duráveis	1,6
AGROPECUÁRIA	
-Cereais	3,5
-Cereais sem graneleiros	1,0
-Gado	3,0

-Calçados	2,0
-Adubos e Defensivos	3,0
-Produtos Agroveterinários	3,0
-Produtos Agropecuários Diversos	1,0

BENS NÃO DURÁVEIS

-Secos e Molhados	1,0
-Mercearia	0,8
-Supermercado	4,0
-Magazine	5,0
-Livros, Jornais e Revistas	0,5
-Material escolar e de escritório	0,8
-Bazar e armarinhos	0,6
-Peças e Acessórios	2,0
-Farmácia e Perfumaria	2,0
-Artigos de Decoração e Arte	0,8
-Ótica, Foto e Cine	0,7
-Artigos de Borracha e Plásticos	0,8
-Artigos Importados	3,0
-Artigos para Desportos e Recreação	0,6
-Artigos usados	0,5
-Extintores	2,0
-Discos ou Fitas	1,0
-Floricultura	0,5
-Frutas e Verduras	0,3
-Cosméticos e Produtos de Beleza	0,6
-Depósito	1,0
-Artigos de couro	1,0
-Artigos de fumo e congeneres	0,3
-Doces e biscoito	0,3
-Bebidas	2,0
-Material Elétrico e de Iluminação	2,0
-Bancas de jornais e revistas	0,3
-Outros bens não duráveis	0,2

PRODUTOS NOCIVOS E INFLAMÁVEIS

-Gás liquefeito	1,5
-Produtos Químicos	1,5

- Óleos e Lubrificantes	2,0
-Óleos Vegetais	3,0
-Combustíveis	3,0
-Outros Produtos Químicos ou Inflamáveis	1,0
DIVERSAS ATIVIDADES COMERCIAIS	0,2
ENTIDADES CLASSISTAS	0,3

SERVIÇOS	Empresas	Prof.Aut. C/Est.Fixo	Prof. Aut. S/Est.Fixo
-Consultório Médico	-	1,5	-
-Consultório Dentário	-	1,5	-
-Consultório Veterinário	-	1,5	
-Enfermagem	-	0,8	0,3
-Protese	-	0,8	0,3
-Obstetrícia	-	0,8	0,3
-Ortopedista	-	0,8	0,3
-Fonoaudiologo	-	0,8	0,3
-Psicologia	-	1,5	-
-Laboratório de Análises Clínicas	3,0	-	-
-Laboratório de Eletricidade Médica	3,0	-	-
-Hospital	4,0	-	-
-Sanitário	4,0	-	-
-Ambulatório	2,0	-	-
-Pronto Socorro	1,5	-	-
-Banco de Sangue	4,0	-	-
-Casa de Saúde	4,0	-	-
-Casa de Recuperação	4,0	-	-
-Escritório de Advocacia	3,0	1,5	-
-Agente de Propriedade Industrial	2,0	0,8	0,3
-Agente de Propriedade Artística e Literária	2,0	0,8	0,3
-Perito	-	0,8	0,3
-Avaliador	-	0,8	0,3
-Tradutor	-	0,8	0,3
-Interprete	-	0,8	0,3
-Despachante	2,0	0,8	0,3
-Economista	-	1,5	0,8
-Contador	-	1,5	0,8

-Técnico Contabil.....	-	0,8	0,8
-Organizações, Programação, Planejamento ou Assessoria.....	4,0	1,5	-
-Processamento de Dados.....	4,0	-	-
Consultoria Técnica.....	4,0	1,5	0,8
-Datilografia.....	2,0	0,8	0,3
-Estenografia.....	2,0	0,8	0,3
-Secretaria Executiva.....	2,0	0,8	0,3
-Administração de Bens e Negócios.....	2,0	0,8	0,3
-Recrutamento, colocação e Fornecimento de Mão de Obra.....	3,0	-	-
-Escritório d e Engenharia.....	4,0	1,5	-
-Escritório de Arquiteutra.....	4,0	1,5	-
-Urbanismo.....	4,0	1,5	-
-Projetos.....	4,0	1,5	-
-Cálculos.....	2,0	0,8	-
-Desenhos Técnicos.....	2,0	0,8	-
-Agrimensura.....	3,0	1,5	0,8
-Construção Civil.....	4,0	1,5	-
-Demolição.....	4,0	-	0,8
-Conservação e Reparo de Edificios e Obras.....	2,0	0,8	-
-Limpeza de Imóveis.....	2,0	0,8	-
-Pesagem e Lustração.....	1,5	0,8	0,3
-Desinfecção e Higiene.....	1,5	0,8	0,3
-Lustração de Bens Móveis.....	1,5	0,8	0,3
-Cartorario.....	-	0,3	-
-Cabeleireiro.....	-	0,3	-
-Manicure ou Pedicure.....	-	0,3	-
-Salão de Beleza.....	1,0	-	-
-Banhos, duchas e Saunas.....	1,0	-	-
-Massagens.....	1,0	0,8	0,3
-Ginástica ou Congeneres.....	1,0	-	-
-Transporte de Carga.....	3,0	1,5	-
Transporte de Passageiros.....	3,0	1,5	-
-Transporte em taxi.....	4,0	0,8	-
-Comunicações Municipais.....	5,0	-	-

-Exposições	2,0	-	-
-Jogos de Mesa ou Pista para unidade	0,8	-	-
-Bolas ou Bchaus por dia	0,2	-	-
-Competições	0,2	-	-
-Execução de Música	0,6	-	-
-Transmissão de Música	0,6	-	-
-Organização de Festas, Bufet	0,5	-	-
-Agenciamento de Turismo	1,0	-	-
-Guia de Turismo	1,0	0,6	-
-Intermediação, corretagem de Bens moveis e imóveis	1,5	0,8	-
-Agenciamento e Representação	1,5	0,8	-
-Análises Técnicas	2,0	1,5	-
-Organização de Festas, congressos e congeneres	2,0	-	-
-Propaganda e Publicidade	2,0	1,5	-
-Elaboração de Material Publicitário	2,0	1,5	-
-Armazens Gerais, Armazens Frigorificos e Silos	5,0	-	-
-Carga, Descarga e Guarda de Bens	2,0	-	-
-Depositos de Qualquer Natureza	1,0	-	-
-Guarda e Estacionamento de veículos	1,0	-	-
-Hospedagem, hotéis e Congeneres	2,0	-	-
-Lubrificação, limpeza e revisão	1,5	0,8	-
-Consertos e Restauração	1,0	0,8	0,3
-Recondicionamento de Motores	4,0	-	-
-Pinturas	2,0	0,8	0,3
-Ensino	1,0	-	-
-Alfaiate	1,0	0,3	0,3
-Modista	1,0	0,3	0,3
-Costureiro	1,0	0,3	0,3
-Tinturaria e lavanderia	1,0	-	-
-Beneficiamento, lavagem, secagem ou tingimento	1,0	-	-
-Distribuição de Energia Elétrica	4,0	-	-
-Tratamento e Distribuição d'Água	4,0	-	-
-Galvanoplastia	1,0	-	-
-Acondicionamento de Embalagens	1,0	-	-
-Instalações e Montagens de aparelhos, maquinas e equipamentos	2,0	1,5	0,6

-Estúdios fotográficos, cinematográficos de gravações	1,0	0,8	0,3
-Cópia de Documentos ou papéis	1,0	-	-
-Locação de bens móveis	2,0	-	-
-Composição Gráfica	2,0	-	-
-Clichos, zincografia, litografia e congeneres	2,0	-	-
-Guarda, tratamento e adestramento	1,0	0,8	0,3
-Florestamento e Reflorestamento	3,0	-	-
-Paisagismo e decoração	1,0	0,8	-
-Recuperação de Pneus	2,0	-	-
-Barracharia	0,8	0,3	0,3
-Agenciamento, corretagem de cambio ou seguros	1,5	0,8	-
-Agenciamento, corretagem e intermediações de títulos	1,5	0,8	-
-Encadernação	1,0	-	-
-Aerofotogrametria	3,0	-	-
-Cobranças	1,5	0,8	0,3
-Distribuição de Filmes	2,0	-	-
-Distribuição e venda de bilhete de loteria,	0,5	0,3	0,3
-Funerárias	3,0	-	-
-Taxidermia	1,0	0,8	-
-Pedreiro, marcineiro, carpinteiro ou jardineiro	-	0,3	0,3
-Motorista ou Operador de Máquina	-	0,3	0,3
-Guarda ou Vigia	-	0,3	0,3
-Encanador ou Eletricista	-	0,8	0,3
-Cozinheiro, Doceira ou Confeiteiro	0,3	0,3	0,3
-Mecânico, torneiro mecânico	0,8	0,8	0,3

INDUSTRIA

-Extrativa Mineral	5,0
-Extrativa Vegetal	5,0
-Beneficiamento de Cereais	3,5
-Beneficiamento de Milho e Arroz	1,5
-Laticinio	3,0
-Artefatos de Ferro e Metal	3,0
-Móveis	2,0
-Panificação ou Confeitaria	2,0

-Produtos Alimentícios Diversos.....	1,5
-Artefatos de Borracha.....	1,0
-Artefatos de Plástico.....	1,0
-Cerâmica ou Artefatos de cimento.....	3,5
-Torrefação ou Beneficiamento de Café.....	3,5
-Carnes e sub-produtos.....	4,0
-Conservas.....	2,0
-Balas, doces ou caramelos.....	2,0
-Massas ou Biscoitos.....	2,0
-Papel ou papelão.....	2,0
-Couros ou Pelos.....	3,0
-Perfumaria, sabão ou velas.....	2,0
-Vestuário.....	2,0
-Calçados.....	2,0
-Bebidas.....	3,0
-Alambique.....	2,0
-Editora ou Gráfica.....	3,0
-Material de Iluminação.....	4,0
-Máquinas e Equipamentos.....	5,0
-Produtos Químicos.....	5,0
-Carvoeira.....	1,0
-Beneficiamento de Madeira.....	4,0
-Desdobramento de Madeira.....	2,0
-Outras Indústrias.....	0,5
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4,0
POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS.....	1,5
BOATES.....	4,0

N O T A: Nos casos de mais de um a atividade no mesmo estabelecimento, serão ta
xadas apenas as duas de maior valor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

T A B E L A I

B - EXERCICIO DE ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

		Fração da U.F.	
1 - EVENTUAL	Dia	Mes	Ano
-Com veiculo.....	0,1	1,0	-
-Sem veiculo.....	0,05	0,5	-
2 - AMBULANTE			
-Com veiculo.....	0,05	0,5	1,0
-Sem veiculo.....	0,01	0,1	0,5

C - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

-Ao dia.....	0,05
-Ao mes.....	0,5
-Ao ano.....	5,0

D - EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTO E LOTEAMENTO

1 - EXECUÇÃO DE OBRAS		Fração da U.F.
-Construção em geral por m2.....	0,00	0,003
-Construção de Barracões e Galpões por m2 ..		0,001
-Construção de fachada, por metro.....		0,01
- Construção de marquises, coberturas e tapumes, por metro.....		0,005
-Reconstrução, reforma ou demolição p/m2...		0,001
-Casa popular, conforme planta da Prefeitura		0,001
-Piscinas, por m2.....	0	0,001

N O T A: A licença será válida por 90 dias para início da obra.

2 - ARRUAMENTOS

Aprovação de arruamento, por m2, excluidas as áreas destinadas a logradouros públicos. 0,0001

3 - LOTEAMENTO

Aprovação de loteamento, por m2 da área dos lotes 0,0001

- EMBRE PRÉVIO DE LOTEAMENTO..... 0,03

E - OBRAS NO CEMITÉRIO, POR M2..... 0,02

E - TAXAS DE LICENCA DE "HABITE-SE"

1 - Residencias.....	0,1
2 - Prédios, comercinis, industriais e Prestadores de serv.	0,2

F - OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

	Preço da U.F.		
	Dia	Mes	Ano
1 - Feirantes	0,01	0,2	0,3
2 - Veículos	0,08	1,0	-
3 - Barracas e Quiosques	-	0,2	1,0
4 - Ambulante por m2	-	0,2	1,0
5 - Circos, Parques e Congêneres	0,2	2,0	
6 - Tenda, por vaga no Ponto	-	-	1,5
7 - Outras Ocupações	-	-	0,1

G - TAXA DE PUBLICIDADE

	Preço da U.F.
1 - Placas ou Pinturas no exterior do Estabelecimento, por placa	
1.1 - Luminosa	0,03 ano
1.2 - Simples	0,05 ano
2 - Publicidade no Interior de veículos por produtos	0,05 mes
3 - Publicidade sonora em veículo	0,15 dia
4 - Publicidade no exterior de veículo p/produtos	0,08 mes
5 - Publicidade em cinemas, teatros circos ou assemelhados por anunciantes	0,1 mes
6 - Publicidade colocadas em terrenos, campos de esportes, clubes ou associação, visível de vias ou logradouros publicos, inclusive, rodovias, estradas ou caminhos p/m2	0,01 mes
7 - publicidade por projeção em vias e logradouros publicos por anunciante	0,1 dia
8 - Publicidade sonora em qualquer estabelecimento	0,05 dia

II - ABATE DE ANIMAIS

	Preço da U.F.
1 - Gado, por cabeça	0,1
2 - Suinos, por cabeça	0,05
3 - Outros animais de pequeno porte, por cabeça	0,001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

TABELA II

TAXA DE EXPEDIENTE	Fração de U.F.
1 - Protocolo de qualquer requerimento.....	0,03
2 - Inscrição em concorrencia publica.....	0,30
3 - Fornecimento de:	
3.1 - Planta de casa popular (até 60m2).....	0,03
3.2 - Fotocopias por unidade.....	0,002
3.3 - 2a via de qualquer documento.....	0,03
4 - Expedição de Alvará de Licença.....	0,03
5 - Busca, por ano ou fração.....	0,03
6 - Expedição de Certidão.....	0,03
7 - Inscrição na Dívida Ativa.....	0,03
8 - Concessão ou Permissão (Ato do Prefeito).....	0,2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

ESTADO DO PARANÁ

TABELA II

TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS

	Fração da U.F.
1 - Depósito e Liberação de Bens e Animais Apreendidos	
- Liberação de bens ou animais por unidade.....	0,01
- Depósito por dia ou fração.....	
De veículo por unidade.....	0,1
Animais por cabeça.....	0,1
Mercadorias ou objetos, por unidades ou lote.....	0,05
N.O.T.A : Além de taxa serão cobrados as despesas de transporte e/ou alimentação.	
2 - Demarcação, Alinhamento e Nivelamento, por metro	0,001
3 - Cemitério	
- Inumação até 5 anos.....	0,5
- Inumação até 20 anos.....	2,0
- Exumação.....	1,0
- Indigentes.....	Isento
4 - Utilização de Serviços Públicos	
- Transporte até 6m3, até 5 km (terra ou cascalho)	0,3
- Por km excedente.....	0,1
- Serviços de tratar p/hora.....	0,25
-Serviços de Motoniveladora p/hora.....	0,22
- Serviços de Retroescavadeira p/hora.....	0,2
- Serviços de Pa Carregadeira p/Hora.....	0,2
- Roçada de lotes urbano por lote.....	0,3
5 - Numeração de Prédios, por placa, exceto o custo da placa	0,05